



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Debates Geográficos da Realidade Brasileira

Atena
Editora
Ano 2020



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Debates Geográficos **da Realidade Brasileira**

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editores: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D286	<p>Debates geográficos da realidade brasileira [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-65-5706-017-9 DOI 10.22533/at.ed.179200405</p> <p>1. Geografia – Pesquisa – Brasil. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini.</p> <p style="text-align: right;">CDD 910.03</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea “Debates Geográficos da Realidade Brasileira”, cuja diversidade teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de vinte e um capítulos a partir de análises, ensaios, relatos e pesquisas de professores e pesquisadores oriundos de diferentes instituições.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento público na área de Geografia, entre outras áreas afins para debater a função social da ciência geográfica, bem como das Ciências Humanas no cotidiano de um país marcado por inúmeras contradições e desigualdades sob a égide de práticas que violam a nossa jovem democracia.

A Coletânea está organizada a partir de alguns eixos temáticos, quais sejam: Ensino de Geografia, Geografia Agrária, Geografia Urbana e Econômica, Cartografia e Geoecologia, Geografia Cultural e Política e Geografia Regional. Tal diversidade revela a necessidade da Geografia para compreensão, e, sobremaneira, transformação da realidade brasileira e suas conexões com o mundo globalizado. Nesse devir, urge refletir e construir teorias que possam desvendar nosso futuro comum.

Assim, os capítulos 1, 2 e 3 versam sobre as possibilidades do Ensino de Geografia, enfatizando respectivamente a Cartografia Tátil, o Trabalho de campo e propostas inclusivas, bem como os desafios do estágio supervisionado na formação do professor de Geografia.

No segundo eixo sobre Geografia Agrária, os capítulos 4, 5 e 6 tratam dos desafios da construção de um Atlas da Questão Agrária Norte Mineira, a formação territorial da Campanha Gaúcha e a Indústria de beneficiamento de arroz no interior do estado de São Paulo.

O terceiro e maior eixo temático da Coletânea, versa os desafios urbanos e econômicos na contemporaneidade, cujas análises estão presentes nos capítulos 7 a 15 a partir dos seguintes subtemas: reestruturação produtiva no Recôncavo baiano, vulnerabilidade e renda familiar na região imediata de Ituiutaba - MG, consumo, comércio e novos empreendimentos em Timon – MA, gestão territorial urbana em Belo Horizonte – MG, subúrbios de Recife-PE, renovação urbana em Paulista-PE, planejamento urbano e participação popular em Teresina-PI, empresas de publicidade e rede urbana no Brasil e a produção territorial-urbana em Oiapoque-AP.

O Capítulo 16 apresenta uma importante e atual análise sobre a Cartografia do feminicídio em Belém-PA, cujos dados versam sobre o período de 2011 a 2018. Já os capítulos 17 e 18 apresentam as Unidades Ambientais em Santa Maria – RS a

partir de uma revisão da sustentabilidade ambiental e urbana e as estratégias para Educação Ambiental em área de risco na Zona Norte de Recife-PE.

Na sequência o capítulo 19 apresenta uma análise sobre o conflito Sírio em consonância com formação territorial e os desafios políticos e o sectarismo religioso. Enquanto o capítulo 20 apresenta um breve relato sobre o divino, o sagrado e o profano e a relação com os rituais africanos nos países do Mercosul. Por fim, no capítulo 21 discute-se o conceito o nordeste brasileiro a partir de um profícuo diálogo com as teorias de Gilberto Freyre.

Esperamos que as análises e contribuições publicadas nessa Coletânea propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates para compreensão da Geografia em sintonia com a sua função e responsabilidade socioambiental e territorial para construirmos alternativas para transformar a realidade a partir de uma Geografia socialmente engajada.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ENSINO DE GEOGRAFIA PARA DEFICIENTES VISUAIS: CONFEÇÃO DE MAPAS TÁTEIS COM MATERIAIS ACESSÍVEIS E DE BAIXO CUSTO	
Laís Caroline Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.1792004051	
CAPÍTULO 2	15
CONSTRUÇÃO DOS CONHECIMENTOS GEOGRÁFICOS PERMEADO POR TEMÁTICAS INTERDISCIPLINARES E POR PRÁTICAS INCLUSIVAS DE TRABALHO DE CAMPO	
Maria Solange Melo de Sousa Juanice Pereira Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1792004052	
CAPÍTULO 3	29
UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA	
Severino Alves Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.1792004053	
CAPÍTULO 4	37
A CONSTRUÇÃO DO ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NORTE MINEIRA E OS DESAFIOS E DISPUTAS TERRITORIAIS	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira Anderson Willians Bertholi Bruna França Oliveira Tayne Pereira da Cruz Walcricio Martins Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.1792004054	
CAPÍTULO 5	50
TERRITÓRIOS EM CONSTRUÇÃO NOS RINCÕES DO BRASIL MERIDIONAL: DA COLONIALIDADE E SUBALTERNIDADE, ÀS R-EXISTÊNCIAS NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA CAMPANHA GAÚCHA	
Anderson Luiz Machado dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1792004055	
CAPÍTULO 6	61
“INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ EM SANTA CRUZ DO RIO PARDO E SUAS RELAÇÕES ESPACIAIS”	
Reinaldo Luiz Selani	
DOI 10.22533/at.ed.1792004056	
CAPÍTULO 7	72
DINÂMICA TERRITORIAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO RECÔNCAVO BAIANO	
Alessandra Oliveira Teles Wodis Kleber Oliveira Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.1792004057	

CAPÍTULO 8 87

RENDA FAMILIAR NA REGIÃO IMEDIATA DE ITUIUTABA: INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS SOBRE A VULNERABILIDADE SOCIAL

Márcia de Souza Oliveira Paes Leme Alberto

Nélio Paulo Sartini Dutra Júnior

Léia Adriana da Silva Santiago

Lílian Gobbi Dutra Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.1792004058

CAPÍTULO 9 108

SHOPPING CENTER NA AVENIDA PIAUÍ: CONSUMO, COMÉRCIO E NOVOS EMPREENDIMENTOS EM TIMON (MA)

Amanda Maria Pires De Brito

Antônio Cardoso Façanha

DOI 10.22533/at.ed.1792004059

CAPÍTULO 10 120

DEMOCRACIA ELETRÔNICA E GESTÃO TERRITORIAL URBANA EM BELO HORIZONTE-MG

Vandeir Robson da Silva Matias

Matusalém de Brito Duarte

DOI 10.22533/at.ed.17920040510

CAPÍTULO 11 137

DOS ENGENHOS, SÍTIOS E ARRABALDES AO SUDOESTE DO RECIFE CONTEMPORÂNEO

Gabriel Augusto Coêlho de Santana

Rodrigo Dutra-Gomes

DOI 10.22533/at.ed.17920040511

CAPÍTULO 12 152

O PROCESSO DE RENOVAÇÃO URBANA NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE PAULISTA/PE

Everton Barbosa da Luz

Rodrigo Dutra-Gomes

DOI 10.22533/at.ed.17920040512

CAPÍTULO 13 168

NOTAS SOBRE O MODELO DE PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE TERESINA: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Gilson Barbosa de Sousa

Aline de Araújo Lima

DOI 10.22533/at.ed.17920040513

CAPÍTULO 14 179

ESTRATÉGIA E CORRELAÇÕES ENTRE AS EMPRESAS DE PUBLICIDADE E A REDE URBANA BRASILEIRA

Ronaldo Cerqueira Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.17920040514

CAPÍTULO 15	189
REALIDADES FRONTEIRIÇAS: REFLEXOS NA PRODUÇÃO TERRITORIAL- URBANA EM OIAPOQUE – AMAPÁ	
Edenilson Dutra de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.17920040515	
CAPÍTULO 16	209
CARTOGRAFIA DO FEMINICÍDIO EM BELÉM-PA: UMA ANÁLISE DOS CASOS REGISTRADOS ENTRE 2011 A 2018	
Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa Clarina de Cássia da Silva Cavalcante Roberto Magno Reis Netto Robson Patrick Brito do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.17920040516	
CAPÍTULO 17	219
UNIDADES AMBIENTAIS PARA SANTA MARIA/RS	
Priscila Terra Quesada José Manuel Mateo Rodriguez	
DOI 10.22533/at.ed.17920040517	
CAPÍTULO 18	230
PAISAGEM COMO ESTRATÉGIA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE RISCO NA ZONA NORTE DE RECIFE – PE	
Silvana Paula Soares Rodrigo Dutra-Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.17920040518	
CAPÍTULO 19	245
O CONFLITO SÍRIO COMO RESULTADO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL: PODER POLÍTICO E SECTARISMO RELIGIOSO	
Leonardo Johas Petrocelli	
DOI 10.22533/at.ed.17920040519	
CAPÍTULO 20	254
OS VÍNCULOS DO CORPO E DA MENTE: O DIVINO, O SAGRADO E O PROFANO E SUAS RELAÇÕES COM OS RITUAIS AFRICANOS EM PAÍSES DO MERCOSUL	
Ivete Maria Soares Ramirez Ramirez Maurício Ribeiro da Silva Cristina Vieira Barbosa, pedagoga Gabrielle Pellucio De Felice Lenci	
DOI 10.22533/at.ed.17920040520	
CAPÍTULO 21	258
A REGIÃO NO NORDESTE BRASILEIRO : DIALÓGOS COM GILBERTO FREYRE	
Marina Loureiro Medeiros Rodrigo Dutra Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.17920040521	
SOBRE O ORGANIZADOR	269
ÍNDICE REMISSIVO	270

CARTOGRAFIA DO FEMINICÍDIO EM BELÉM-PA: UMA ANÁLISE DOS CASOS REGISTRADOS ENTRE 2011 A 2018

Data de aceite: 13/04/2020

Data de Submissão: 13/01/2020

Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa

Universidade Federal do Pará
Belém-Pará

<http://lattes.cnpq.br/4513509943973459>

Clarina de Cássia da Silva Cavalcante

Universidade Federal do Pará
Belém-Pará

<http://lattes.cnpq.br/8864911534983232>

Roberto Magno Reis Netto

Universidade Federal do Pará
Belém-Pará

<http://lattes.cnpq.br/5368010317556530>

Robson Patrick Brito do Nascimento

Universidade Estadual do Pará
Belém-Pará

<http://lattes.cnpq.br/8653801177758938>

RESUMO: Neste início de Século XXI, apesar dos esforços e iniciativas públicas e privadas firmadas no sentido de tornar visível e possível o combate à violência de gênero, especialmente, a violência contra a mulher, a redução dos números de ilícitos contra esta última ainda se mostra algo muito distante de ser alcançado. Ameaças, esbulhos, agressões físicas e psicológicas, e, nos casos mais

graves, feminicídios, representam fatos sociais que marcam o cotidiano dos espaços sociais, e, reproduzem práticas que ganham dimensões diferenciadas nas variadas áreas das cidades. A criminalização do Feminicídio em março de 2015 é fruto da luta constante dos movimentos feministas, dos direitos humanos, sociais, estudiosos e de familiares das vítimas visando à penalidade do criminoso. O feminicídio é o desfecho final do ciclo de violências sofridas e suas consequências, presume-se que a morte, oriunda do exercício de um poder do homem sobre o corpo e existência da mulher, antes de tudo, representa um conjunto de falhas de diversas instâncias sociais envolvidas no processo de controle social da violência, portanto, uma situação geográfica que pode variar de local para local, tornando importante o estudo desta modalidade criminosa a partir da perspectiva espacial. Diante disso, o presente trabalho objetivou apresentar uma cartografia dos casos de feminicídio ocorridos na cidade de Belém-PA, capital do Estado, entre os anos de 2011 a 2018, em correlação com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e características deste crime. Partiu-se de um método materialista histórico e dialético, utilizou-se uma abordagem quantitativa e qualitativa, que tomou como base os registros policiais de casos de feminicídios na Capital. Do comparativo entre as áreas de ocorrências

constatou-se maior frequência da modalidade criminal em zonas de índice de desenvolvimento municipal mediano (áreas urbanas mais pobres da Capital), onde, as instâncias sociais de controle do crime se apresentam bastante reduzidas.

PALAVRAS-CHAVE: violência. Mulher. Gênero. Femicídio.

CARTOGRAPH OF THE FEMINICIDE IN BELÉM-PA: AN ANALYSIS OF CASES RECORDED BETWEEN 2011 TO 2018

ABSTRACT: In the beginning of the 21st century, despite the public and private efforts and initiatives made to make visible and possible the fight against gender violence, especially violence against women, the reduction of the number of illicit acts against the latter. shows something very far from being achieved. Threats, riots, physical and psychological aggressions, and, in the most severe cases, femicides, represent social facts that mark the daily life of social spaces, and reproduce practices that gain different dimensions in the various areas of cities. The criminalization of femicide in March 2015 is the result of the constant struggle of feminist movements, human rights, social rights, scholars and relatives of victims seeking the criminal penalty. Femicide is the final outcome of the cycle of violence suffered and its consequences, it is presumed that death, derived from the exercise of a man's power over the woman's body and existence, first of all represents a set of failures of various instances. social actors involved in the process of social control of violence, therefore, a geographical situation that may vary from place to place, making it important to study this criminal modality from a spatial perspective. Given this, the present work aimed to present a cartography of cases of femicide occurred in the city of Belém-PA, capital of the state, from 2011 to 2018, in correlation with the Municipal Human Development Index and characteristics of this crime. It was based on a historical and dialectical materialist method, using a quantitative and qualitative approach, which was based on police records of cases of femicide in the capital. Comparing the areas of occurrences, there was a higher frequency of criminal activity in zones of average municipal development index (poorer urban areas of the capital), where the social instances of crime control are quite reduced.

KEYWORDS: violence. Woman. Genre. Femicide.

1 | INTRODUÇÃO

Os feminicídios são a morte de mulheres por sua *condição de mulher*. Estas mortes são marcadas por um ciclo de violência constante, e, se apresenta de várias formas, sejam elas: físicas, psicológicas, morais, sexuais, patrimoniais, ocorrendo, geralmente, de maneira conjugada - por exemplo, sexual com a física, a psicológica com a moral (TOLOSA, 2017). A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção De Belém Do Pará (CIDH, 1994) – informa que a violência contra mulher consistiria em “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou

psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”.

A violência letal (os homicídios) contra a mulher no Brasil, por sua vez, detém uma taxa elevada que coloca o país na 5ª posição em um grupo de 83 países, com taxa de 4,8 por 100 mil mulheres mortas. O estado do Pará e, especificamente, sua capital (Belém) têm e apresentam taxas superiores à do Brasil, respectivamente, 5,8 e de 5,6 para o ano de 2013, (WASELFIZ, 2015), se apresentando como um espaço que engloba potenciais riscos à mulher, portanto.

Neste contexto, a compreensão da configuração do feminicídio a partir de técnicas cartográficas se afigura importante, pois, demonstra a sua distribuição e dinâmica espacial, possibilitando, assim, o desenvolvimento de políticas públicas que visem ações pontuais de combate à violência contra mulher, essencialmente, ligada a estruturas patriarcais. Diante disto, o presente trabalho objetivou apresentar uma cartografia dos casos de feminicídios ocorridos na cidade de Belém-PA, capital do Estado, entre os anos de 2011 a 2018, em correlação com as Unidades de Desenvolvimento Humano Municipal e características deste crime.

2 | MORTES FEMININAS POR POSSESSÃO

Numa segunda-feira, à luz da manhã de um dia comum da segunda quinzena do mês de julho de 2019, uma mulher notou que está sendo seguida pelo seu ex-namorado. Ela o filmou no ônibus em que estava e desceu do coletivo para pedir socorro. Porém, antes de ajudar chegar, foi esfaqueada três vezes e morreu no local. Segundo relatos dos familiares, a vítima havia terminado o relacionamento abusivo há alguns meses, mas o ex-companheiro não aceitava o fim relação. Como ilustrado pelo caso, o feminicídio é marcado por um contexto de violência contínua, de dominação, de premeditação e de discriminação contra a mulher.

A criminalização do feminicídio do Brasil esta baseada na Lei n. 13.104/2015 (BRASIL, 2015), enquanto produto de lutas e reivindicações dos movimentos feministas, lideranças, e de familiares das mulheres vítimas de violência, possibilitou uma maior visibilidade das mortes femininas decorrentes da condição de mulher. A utilização do termo *feminicídio* surgiu em meados da década de 70, com o intuito de evidenciar as mortes de mulheres por homicídio, devido a sua condição de mulher.

Em 1976, o termo foi usado na Bélgica por Diana Russel, diante do tribunal internacional de crimes contra as mulheres, ganhando força a partir de 1992, no sentido de se destacar que o ponto focal do feminicídio é o fato de que ele não representa um momento *isolado* da vida das mulheres, senão, um ponto final de todas as violências sofridas continuamente (PASINATO, 2011). Por sua vez, Ponce (2011) informa que termo teria sido utilizado na América Latina a partir dos anos 1980, sendo introduzido no México por Marcela Lagarde a partir de 1984. Nos anos

2000, a mesma autora proporia uma reformulação do conceito que, igualmente, se tornou uma referência para os debates acadêmicos e políticos (PONCE, 2011).

No Brasil, a primeira publicação sobre o tema foi realizada por Almeida (1998), esclarece que os feminicídios íntimos não seriam fatos isolados e nem esporádicos, mas o resultado de uma violência de gênero e sexista. A temática passou a ganhar força em trabalhos como o de Pasinato (2011), IPEA (2013), e Mello (2016). Consolidou-se a ideia de que o feminicídio pode ocorrer por meio de treze modalidades: íntimo, não íntimo, familiar, por conexão, sexual sistêmico, por prostituição ou por ocupações estigmatizadas, por tráfico de pessoas, transfóbico, lesbofóbico, racista, por assassinatos marcados por brutalidade, por tortura, violências e mutilações (BRASIL, 2016).

Meneghel e Hirakata (2011) informam que a maioria dos homicídios de mulheres são feminicídios e se dão em ambiente privado (denotando desigualdades de poder familiar), de forma violenta e mediante ação do próprio parceiro íntimo, conforme constatado na pesquisa de Tolosa (2017). Porém, para além do fato social em si, tem-se que o feminicídio representa complexidades maiores, decorrentes dos próprios locais em que o mesmo surge. Assim, a morte de uma mulher representa não só uma consequência das relações sociais, mas sim, uma consequência de relações espaciais, capazes de marcar esse mesmo espaço.

É, portanto, um fenômeno espacialmente legível. E, foi a partir desta constatação que o presente trabalho buscou revelar os caracteres espaciais do feminicídio na Capital (Belém-PA), a partir de técnicas cartográficas, de modo a revelar como a complexidade, em larga medida, torna certos espaços potencialmente propícios à ocorrência da espécie criminal em análise, conforme os contornos metodológicos a seguir especificados.

3 | METODOLOGIA

Primeiramente, compreende-se que a *morte* de uma mulher representa um fenômeno decorrente de relações de poder desiguais, representativas de uma carga histórica de violências. Assim, tratar desta espécie impõe a análise de conjuntos de contradições ocultadas pelas práticas sociais, bem como, o reconhecimento de relações de dominação em função do gênero. Em razão disso, o estudo adotou método materialista histórico e dialético (MARTINS; THEÓPHILO, 2016), como substrato analítico, por constituir um percurso que busca a revelação de contradições sociais que, conjugadas, originam os fatos da vida real em essência.

Por sua vez, o trabalho se valeu de uma abordagem quantitativa e qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, análise de bancos de dados e uso de softwares e de técnicas analíticas da estatística descritiva para sistematizar,

resumir e apresentar os resultados encontrados.

Os dados obtidos se originaram da base de dados disponibilizada pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal - SIAC, concernente aos registros policiais dos casos de feminicídios e homicídios femininos, registrados na capital do estado do Pará, entre os anos de 2011 a 2018. Os registros anteriores ao ano de 2015 (quando aprovada a lei que instituiu o feminicídio) foram objeto de triagens e classificações, baseadas no protocolo de feminicídio da ONU (2014) e nas diretrizes nacionais do Feminicídio para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (2016).

A partir dessa classificação, realizou-se uma representação das ocorrências de homicídios contra a mulher e de feminicídios por Bairro da Capital, o que, por sua vez, permitiu uma comparação mais aprofundada dos locais das ocorrências de feminicídio com as unidades de desenvolvimento humano da Capital (PNUD, 2019). Os resultados se encontram delineados na seção a seguir.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeiramente, conforme o IBGE (2010), Belém é composta por oito distritos administrativos - Mosqueiro, Outeiro, Icoaraci, Benguí, Entroncamento, Sacramenta, Belém e Guamá - que englobam 71 bairros e 39 ilhas. Destaca-se como a cidade que detinha a maior população feminina do estado do Pará: de 1.393,399 habitantes, 734.391 (52,72%) eram mulheres e 659.008 (47,28%) eram homens.

Segundo Waiselfiz (2015) a cidade apresentou a maior taxa de feminicídio (5,6 para o ano de 2013) do Estado do Pará mesmo detendo a maior rede de atendimento à mulher vítima de violência (TOLOSA, 2017) e o melhor IDHM (0,746 em 2010) (PNUD, 2019).

Conforme Frattari e Souza (2009), o município de Belém caracteriza um polo concentrador de emprego-renda e prestação de serviços, apresentando o maior contingente populacional do Estado, sendo que, de outro lado, o crescimento populacional não foi proporcional à evolução da infraestrutura de saneamento e moradia, gerando, assim, espaços precarizados e aglomerados subnormais – corriqueiramente chamados de invasões – onde 89.857 pessoas residem.

Igualmente, Belém representa um espaço constituído de várias interações de valores culturais, políticos, institucional, sociais, econômicos, morais, que, paralelamente, acumula problemas sociais (criminalidade e violência), enquanto reflexos das relações desiguais existentes. A violência, aliás, pode ser apontada como resultado dessa relação de valores e contradições, denotando uma *territorialidade da violência* (CHAGAS; SILVA; PALHETA DA SILVA, 2014), ocasionada pelo

desequilíbrio que a complexidade espacial ocasiona nos conflitos e relações de poder. Isso, também se aplica aos crimes contra a mulher.

Nesse sentido, o gráfico 1 (abaixo) demonstra a alta taxa de homicídios contra a mulher e de feminicídio em Belém, registrando, respectivamente, média de 6,35 e 1,12 para um grupo de 100 mil mulheres entre 2011 e 2018. De igual forma, percebe-se que as linhas comportamentais dos delitos são parecidas, tanto no crescimento como na redução. A relação entre o espaço urbano belenense e os números, certamente, está de acordo com apontamentos literários que indicam que, com a industrialização e urbanização das cidades, as relações sociais se modificaram de forma substancial (BLAY, 2003).

Especificamente quanto ao crime de feminicídio, percebe-se a ocorrência de uma tênue redução dos casos em 2017 (Gráfico 1), logo após sua instituição pela Lei n. 13.104/2015, seguido de posterior aumento. Embora o número represente um aparente impacto positivo da lei, de outro lado, deve-se asseverar que o alto número de homicídios no mesmo período talvez disfarce uma possível subnotificação de casos de feminicídio, sendo relevante, nesse sentido, uma fiel análise do local do crime mediante técnicas de perícia criminal (ou seja, uma análise da complexidade conglobada na paisagem) (SOUZA, 2018), justamente, porque as subnotificações comprometem a veracidade e contabilização dos casos, resultando em incorretas comunicações de óbitos como latrocínio, lesão corporal seguida de morte ou suicídio, em razão da argúcia do autor (material ou intelectual) do feminicídio (ALMEIDA, 1998; PASINATO, 2011; LUCENA, 2014).

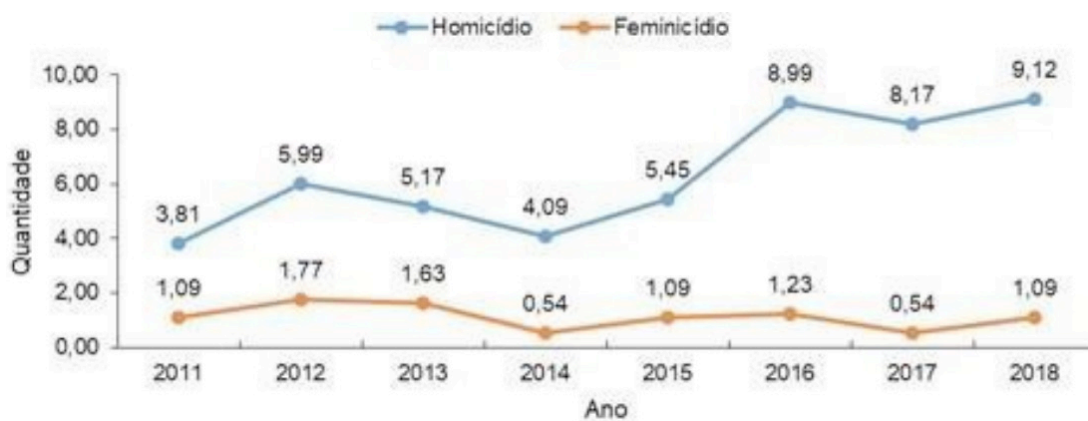


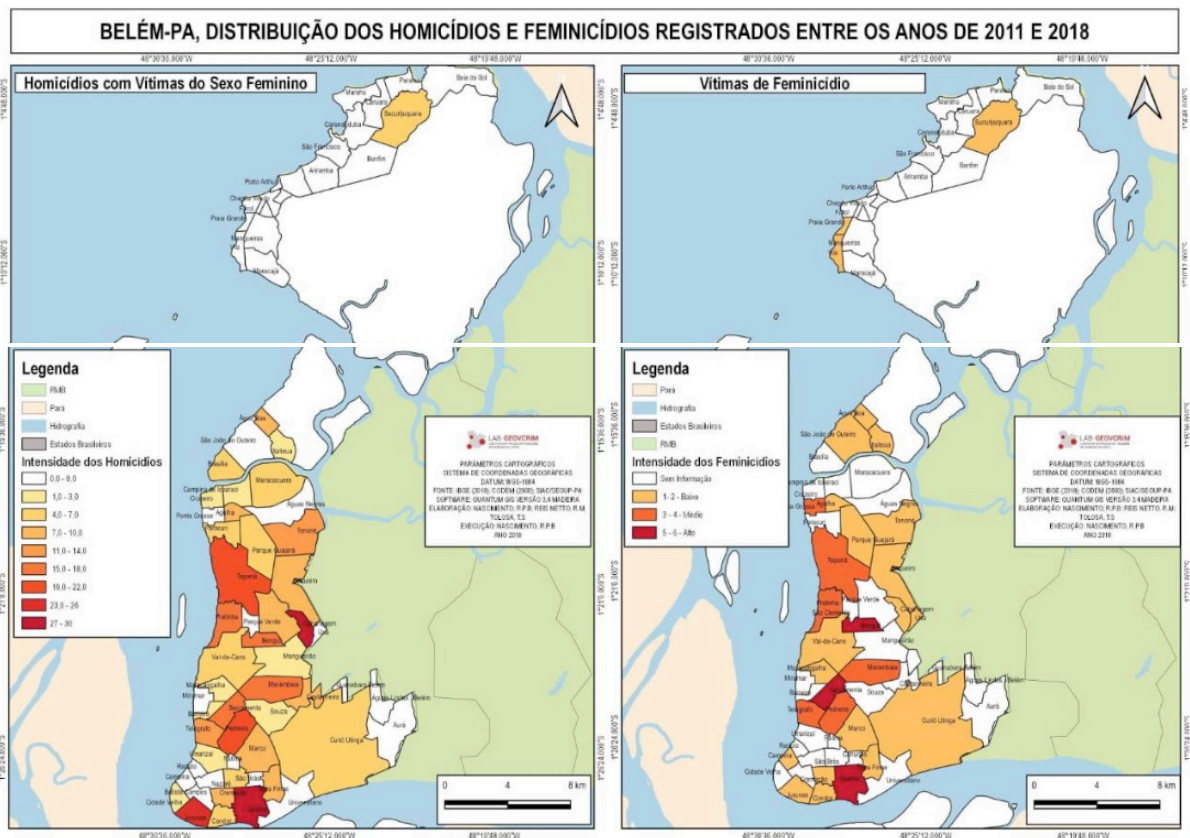
Gráfico 1 - Taxas de Homicídios e Feminicídios (por 100 mil mulheres), entre os anos de 2011 e 2018, na cidade de Belém-PA, a partir de dados da Secretaria de Inteligência e Análise Criminal (sob elaboração dos autores).

Ao longo das referidas transformações sociais, as mulheres começaram a conquistar espaços anteriormente restritos à figura do homem, no mercado de trabalho, universidades, política. Com isso, passaram a romper as relações restritas à esfera privada da casa, se inserindo na vida pública e quebrando os valores tradicionais do patriarcado. Porém, esse empoderamento gerou modificações no

seio das relações familiares, que, por sua vez, resultaram em conflitos pela negação da cidadania e manutenção de uma subalternidade da mulher, o que, em casos mais graves e em espaços distantes de controles sociais, resultou em casos de explícita violência e criminalidade (BLAY, 2003).

Portanto, seja em razão das transformações havidas no (macro) contexto do espaço, enquanto ambiente de encontro da complexidade do mundo e das particularidades, ou, em razão da necessidade de verificação da paisagem do crime como elemento (des)caracterizador do feminicídio, a relação entre o fenômeno e o conhecimento geográfico se tornam assentes (SOUZA, 2018). Nesse sentido, é importante destacar que o aumento da criminalidade legal, nos centros urbanos é um fenômeno associado à os indicadores sociais (em muitos casos, precários), aspectos políticos, a urbanização e a presença do Estado (por serviços básicos como educação, saúde, saneamento, redes assistenciais etc.), variantes conforme cada espaço-tempo específico (CHAGAS; PALHETA DA SILVA; SILVA, 2014).

No caso de Belém-PA, pode-se observar (Mapa 1) que os feminicídios e homicídios contra a mulher registrados entre os anos de 2011 a 2018, apresentam uma espacialização muito semelhante, mostrando-se presentes, sobretudo, em bairros marcados pela periferização, nos quais, certamente, a ausência do Estado potencializa a ação de outros agentes nas disputas de poder em prol da consolidação e domínio territorial (CHAGAS, 2014).



Mapa 1 – Distribuição Espacial dos homicídios contra a mulher e feminicídios registrados na cidade de Belém-PA, entre os anos de 2011 e 2018, a partir de dados da Secretaria de Inteligência e Análise Criminal (adaptados pelos autores).

Obviamente, enquanto fenômeno histórico decorrente de relações desiguais de poder (PASINATO, 2011) pode-se afirmar que a violência contra a mulher é um fato social presente em todos os espaços. Contudo, à medida que o Estado se afigura ausente em determinadas localidades, a carência de aparelhos públicos de controle social (como escolas, estruturas assistenciais e de controle da violência, espaços de lazer etc.) acaba por afastar, ou, no mínimo neutralizar, os micropoderes (FOUCAULT, 2015) de outras instâncias de controle da criminalidade (como as igrejas, as famílias, as associações privadas etc.) potencializando relações de poder desiguais na construção de territórios e, com isso, a ocorrência de práticas criminosas de diversas, destacando-se aqui, a violência contra a mulher.

Nesse sentido, verifica-se que os bairros que detiveram a maior quantidade de vítimas de feminicídio correspondem a espaços que apresentam áreas bastante precarizadas, quais sejam: Sacramento, Benguí, Guamá, Marambaia, Pedreira, Pratinha, Telégrafo Sem Fio, Tapanã, Ponta Grossa e Agulha. Ainda assim, aproximando-se a escala de análise para os locais de ocorrência dos crimes, é possível verificar de maneira mais assente a afirmativa acima.

A tabela 01 (abaixo) demonstra claramente que 70% dos feminicídios havidos na cidade de Belém ocorreram em áreas classificadas como Unidades de Desenvolvimento Humano mediano, ou seja, áreas que representam um menor padrão de renda, longevidade e educação, em comparação com o restante da cidade (PNUD, 2019), ficando atrás, tão somente, de áreas com características rurais e as ilhas da cidade. Em outras, palavras, confirma-se a hipótese de existência desta espécie criminal em todo o substrato social (uma vez que há registros em áreas de UDH alto e muito alto), porém, com nítida prevalência estatística em áreas de UDH regular, que, no caso de Belém, representam áreas que detêm características de precarização e a ausência de instâncias públicas e privadas de controle social.

Quantidade	Porcentagem	Faixa de UDH	Classe	Fx
47	70%	0,600-0,699	Médio	0,701493
14	21%	0,700-0,799	Alto	0,208955
6	9%	0,800-1	Muito Alto	0,08955

Tabela 01: Distribuição da quantidade de Homicídios de mulheres e Feminicídios, em Belém-PA, entre os anos de 2011 e 2018, por classificação do UDH.

Os baixos indicadores sociais, mais uma vez, revelam que a ausência ou a precariedade da ação do Estado, ocasiona o surgimento de espaços precarizados e propícios para a ocorrência de práticas violentas (CHAGAS, 2014), em especial, contra a mulher (aqui, especialmente expressa pelo feminicídio) (TOLOSA, 2017), justamente, porque a ausência de instâncias onde o problema possa ser debatido,

potencializa a violência enquanto instrumento histórico de desiguais relações patriarcais, onde a mulher (até mesmo pela morte) é relegada a um plano material inferior nas disputas territoriais, até mesmo, do próprio lar.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo apresentar uma cartografia dos casos de feminicídio ocorridos na cidade de Belém-PA, capital do Estado, entre os anos de 2011 a 2018, em correlação com as Unidades de Desenvolvimento Humano Municipal e características deste crime. Ao fim, pode-se afirmar que o padrão espacial identificado revelou uma forte relação entre o feminicídio e áreas precarizadas da cidade (onde predominou o UDH de nível médio).

Porém, para além das constatações em questão, evidenciou-se que por meio de técnicas cartográficas das referidas condições sociais precárias é possível à identificação e o estabelecimento de locais para a instalação de potenciais políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher (dentre outras). Embora o feminicídio represente o ápice de um problema complexo, histórico e multicausal, de outro lado, as cicatrizes que o mesmo grava no espaço tornam possível a visibilidade das contradições relacionais do patriarcado, ocultadas por anos de indiferença, revelando, por meio de uma geografia da violência, caracteres de uma relação desigual de poder passível de ser científica e concretamente combatida.

REFERÊNCIAS

ARENDETT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ALMEIDA, S. S. **Femicídio**: Algemas invisíveis do público-privado. São Paulo: Revinter, 1998.

BLAY, E. **Assassinato de mulheres e direitos humanos**. São Paulo: Editora 34, 2008.

BRASIL. Secretaria de Políticas para Mulheres. Diretrizes Nacionais Feminicídio: Investigar, processar e julgar, com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília: MJ, 2016. Disponível em <<http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/2016/livro-diretrizes-nacionais-femicidios-versao-web.pdf>>. Acesso em 16.01.2018. 2016.

CHAGAS, C. A. N.; SILVA, C. N.; PALHETA DA SILVA, J. M. Território, Produção do Espaço e Violência Urbana: Uma Leitura Geográfica dos Homicídios na Região Metropolitana de Belém. *In*: **Anais do Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Espírito Santo: AGB, 2014.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, Segurança Pública e a Cartografia dos Homicídios na Região Metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**, n.1, v.01, p.186-204. 2014.

CIDH. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher** - Convenção de Belém do Pará. 1994.

FRATARI, N. F.; SOUZA, D. B. Análise da mortalidade por homicídio na Região Metropolitana

de Belém. In: ANDRADE, L. T.; SOUZA, D. B.; MIRANDA, F. H. **Homicídios nas regiões metropolitanas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Belém/PA: IBGE, 2010.

LUCENA, M. B. N. Mortes de mulheres no Brasil: feminicídio ou homicídio comum? Violência doméstica ou questão de Segurança Pública. In: **Anais do XXIII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Pesquisa em Direito**. Paraíba: CONPEDI/UFPB, 2014.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica aplicada às ciências sociais**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MENEGHEL, S. N.; HIRAKATA, V. N. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. **Rev. Saúde Pública**, v. 45, n. 3, p. 564-574. 2011

ONU. Organização das Nações Unidas. ONU Mulher. **Modelo de protocolo latino-americano de investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero (femicídio/feminicídio)**. Brasília: ONU Mulheres, 2014.

PASINATO, W. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 219-246. 2011.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento humano. **Atlas do desenvolvimento humano**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br>>. Acesso em: 01.02.2019. 2019.

PONCE, M. G. R. Mesa de trabalhos sobre feminicídio/feminicídio. In: CHIAROTTI, S. **Contribuições ao debate sobre a tipificação penal do feminicídio/feminicídio**. Lima: CLADEM, 2011.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

TOLOSA, Tatiane da Silva Rodrigues. **Violência de Gênero: Caracterização do Feminicídio no Município de Belém** (Dissertação de Mestrado). Belém: UFPA, 2017. WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil**. Distrito Federal: FLACSO, 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação pedagógica 15, 17, 18

Amapá 189, 190, 191, 197, 198, 201, 203, 204, 207, 208

Arroz 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70

Atlas 37, 38, 39, 48, 49, 86, 127, 134, 136, 183, 187, 218, 253, 269

B

Beneficiamento 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70

C

Campanha gaúcha 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

Cartografia tátil 1, 2, 3, 4, 13, 14

Cidadania 15, 17, 19, 24, 25, 26, 27, 123, 127, 129, 131, 136, 193, 215, 236

Cidades-gêmeas 189, 191, 192, 193, 200, 201, 202, 207

Comércio 57, 79, 81, 83, 85, 108, 109, 111, 114, 116, 163

Conhecimentos geográficos 15, 17, 18, 26, 27, 243

D

Democracia 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135

Diversidade 15, 17, 19, 25, 26, 27, 33, 39, 40, 50, 52, 55, 60, 94, 101, 200, 243, 260, 268

Docente 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 87, 108, 168

E

Empresas de publicidade 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185

Engenhos 75, 77, 78, 137, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 150, 151

Ensino de geografia 1, 13, 16, 29, 35, 36, 243, 269

Estágio supervisionado 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36

F

Feminicídio 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218

Fronteira franco-brasileira 189, 199, 201, 206

G

Gênero 54, 94, 174, 209, 210, 212, 213, 217, 218

Geografia agrária 37, 269

Gestão empresarial 179

Gestão urbana 120, 121, 122, 127, 131, 160, 168, 169, 171, 177

I

Influência 72, 74, 78, 108, 109, 110, 114, 115, 116, 117, 164, 180, 185, 197, 200, 262, 263, 265

Interior 55, 56, 57, 61, 62, 74, 77, 121, 132, 140, 194, 265

M

Mapas táteis 1, 3, 4, 12

Materiais 1, 3, 4, 5, 6, 9, 12, 39, 53, 58, 73, 152, 153, 155, 156, 158, 162, 190, 195, 231, 245, 246

Mocambos 137, 138, 145, 146, 148, 149, 150, 151

Mulher 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218

N

Norte de Minas 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49

O

Oiapoque 189, 190, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208

P

Participação 17, 19, 21, 25, 33, 42, 65, 72, 74, 110, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 156, 158, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 184, 220, 228, 231, 236, 242, 245, 269

Planejamento 38, 64, 85, 116, 117, 119, 120, 128, 129, 133, 136, 138, 157, 160, 161, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 188, 202, 219, 220, 221, 224, 228, 229, 234

Plano plurianual 2018–2021 168

Política 53, 57, 59, 63, 67, 69, 95, 96, 107, 110, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 168, 170, 171, 176, 178, 181, 187, 193, 194, 201, 214, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 259

População 24, 44, 53, 55, 59, 63, 64, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 90, 92, 93, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 111, 113, 115, 116, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 142, 146, 148, 161, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 183, 187, 191, 193, 197, 198, 200, 213, 221, 231, 233, 236, 238, 241, 242, 245, 246, 250, 251, 265

Produção 1, 4, 12, 27, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 89, 113, 118, 119, 128, 131, 135, 140, 142, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 171, 178, 181, 182, 189, 190, 194, 196, 201, 206, 217, 236, 243, 264

Produção do espaço 27, 85, 89, 118, 128, 152, 153, 155, 157, 158, 160, 162, 163, 164, 165,

166, 178, 189, 201, 206, 217, 243

R

Recife 36, 49, 85, 117, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 165, 166, 183, 230, 231, 232, 236, 237, 238, 240, 243, 244, 258, 259, 261, 263, 264, 267, 268

Rede urbana 86, 109, 110, 117, 118, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 207

Região imediata de Ituiutaba 87, 88, 90, 96, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106

Renda familiar 82, 87, 88, 89, 90, 92, 95, 96, 97, 104, 105

Renovação urbana 152, 154, 155, 160, 163, 171

R-existência 50, 51, 52, 55, 56

Rincões 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58

RPA-05 137, 138, 140, 151

S

São Paulo 6, 7, 9, 11, 12, 13, 28, 35, 36, 49, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 85, 86, 107, 117, 118, 119, 127, 134, 135, 136, 138, 141, 142, 151, 154, 166, 167, 178, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 207, 208, 217, 243, 244, 252, 253, 267, 268, 269

Shopping center 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117

Subalternidade 50, 51, 55, 57, 215

Sustentabilidade 15, 17, 19, 25, 27, 168, 170, 177, 219, 220, 224, 229, 235, 243

T

Território 3, 26, 37, 38, 39, 46, 48, 49, 51, 53, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 67, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 85, 86, 110, 123, 127, 131, 135, 137, 140, 145, 154, 164, 167, 171, 183, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 217, 226, 229, 239, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 269

Território-fronteiriço 189

Timon 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119

V

Valorização das raridades urbanas 152

Violência 40, 54, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 247

Vulnerabilidade social 87, 88, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 98, 104, 105, 106

 **Atena**
Editora

2 0 2 0